

# Um reencontro com tantos encontros – conversando com Osmar Fávero

*Entrevista realizada por Maria Teresa Esteban*

DOI:10.18226/21784612.v27e0220064

Maria Teresa Esteban<sup>1</sup>

Todo texto tem uma história. Este, compartilha uma conversa com o Professor Osmar Fávero, cuja trajetória profissional pode ser, em parte, conhecida por seu vasto *curriculum vitae*, em que se evidencia a relevância do seu trabalho, sem expressar, no entanto, toda a intensidade de uma vida dedicada à Educação. Uma vida que se faz presente em muitos momentos importantes para a construção da Educação Popular no Brasil. No ano em que comemoramos os 40 anos do GT de Educação Popular da ANPED [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação], convidamos o Professor Emérito da Faculdade de Educação da UFF [Universidade Federal Fluminense] e primeiro coordenador do nosso GT para uma conversa. Uma boa conversa que nos leva ao reencontro com a história da constituição do GT de Educação Popular e a encontros outros, trazidos por fios soltos, idas e vindas, lembranças e atravessamentos que um encontro como este permite. Foi uma honra e um imensa alegria me reencontrar, mesmo que por meio remoto, com um colega que tanto admiro e considero meu professor pelo muito que aprendo com ele nos diversos encontros que temos tido. Com essa conversa, estou certa de que todas e todos aprendemos.

**Entrevistadora:** Como foi o processo de criação do GT de Educação Popular e seu desenvolvimento ao longo dessas quatro décadas de sua existência?

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Osmar Fávero:** Nosso GT foi criado em 1982, na 5ª Reunião Nacional da ANPED, realizada no Rio de Janeiro, na Universidade Santa Úrsula. Julieta Calazans era presidente e Glaura [Glaura Vasquez de Miranda] era secretária. Foi Glaura quem criou os Grupos de Trabalho [GTs], motivada pelos Grupos de Trabalho da Anpocs. As reuniões iniciais da ANPED eram realizadas a partir de temas gerais. As discussões em grupos pequenos eram feitas para aprofundar esses temas e aprovar conclusões em plenário. Na criação dos GTs, Glaura me convidou pra coordenar o GT de Educação Popular junto com Carlos Brandão. Carlos não se interessou, e como o Peixoto estava próximo, chamei-o para me ajudar. Gosto de lembrar, Teresa, que foi nessa primeira reunião que conheci Nilton Fischer, que ficou no grupo durante muitos anos. Ficamos amigos até ele morrer. O início dos trabalhos no GT coincide com o início do meu trabalho de organizar a documentação da Cultura e Educação Popular, particularmente do MEB [Movimento de Educação de Base]. Carlos, muitos anos depois, perguntou: “E aquele grupo criado pela ANPED, funcionou?”. Mais recentemente se tornou assíduo participante das reuniões anuais. Em 1983 aconteceu a 6ª Reunião Anual, em Vitória, com eleição de nova diretoria: Glaura foi eleita presidente, eu e Nilton Fischer, ambos do GT de Educação Popular, fomos eleitos vice-presidentes. A gestão da Glaura foi ótima. Eu realmente funcionei como, primeiro, vice-presidente e, em lugar dela, assumi a importante 3ª CBE [Conferência Brasileira de Educação], realizada em 1984, na UFF. O fato de eu ter participado da primeira turma do Doutorado na PUC-SP [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo], com Jamil Cury, Neidson Rodrigues e Luís Antônio Cunha, meu colega desde o IESAE [Instituto de Ensino Superior Albert Einstein], o Mestrado em Educação da Fundação Getúlio Vargas no Rio, que também estava na UFF, me projetou bastante na área da Educação. Esse começo no GT de Educação Popular e na diretoria de ANPED foi meu começo de vida política na área de Educação. A seguir, eleito presidente, em minhas duas gestões no período 1985-1989, acompanhei a Constituinte de 1987-1988 e, em seguida, as primeiras discussões da LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional] atual. Foi um período muito rico, com participação distinguida da ANPED nesses eventos. Enquanto vice-

presidente e presidente, participei muito pouco do GT de Educação Popular. Peixoto me substituiu e lembro que na 2ª CBE, realizada na UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais] em 1982, foi um dos organizadores de um simpósio com Paulo Freire, recém-chegado no Brasil, e alguns participantes de movimentos de cultura popular do início dos anos de 1960. Esse simpósio reuniu mais de 600 pessoas embaixo de uma árvore. Desliguei-me do GT quando o Victor Valla era coordenador. Preconceituosamente, achei que no GT estava havendo muita troca de experiência entre militantes, não mais reflexão sobre Educação Popular, e me afastei. Posteriormente, sobretudo por suas pesquisas realizadas junto às populações pobres, ficou claro a importância da contribuição do Valla para a Educação e a saúde popular. No período da Constituinte e das discussões sobre a LDB, vinculei-me ao GT 5 – Política Educacional e mais tarde migrei para o GT 18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultas, desde sua criação. O GT de Educação Popular, no período inicial, Teresa, não produzia muito; o grupo se reunia para basicamente discutir os trabalhos inscritos, em geral produzidos como dissertações ou teses. Ainda existem esses trabalhos no acervo da ANPEd que Lurdinha [Maria de Lourdes Favero] organizou no Proedes [Programa de Educação e Sociedade da Faculdade de Educação da UFRJ]. Está disponível a relação dos trabalhos apresentados nos GTs; as cópias em papel estão arquivadas no Proedes. Se quiser recuperar os nomes no livro dos participantes nesses primeiros anos, posso ajudar.

**Entrevistadora:** Quero sim! Se depois você tiver como me passar...

**Osmar Fávero:** A história do GT com o Valla vai mais longe do que minha permanência nele. Valla ficou no GT durante 20 anos! Lembro-me de que, quando se aposentou, foi feita uma cerimônia bonita, com todo o pessoal que havia trabalhado com ele. Estávamos eu e Peixoto da primeira leva e uma porção de gente mais nova, inclusive alguns de seus orientandos. A permanência do pensamento dele no grupo da Educação Popular foi bastante forte, muito forte. Bem, acho que respondi a sua primeira pergunta. Qual é segunda?

**Entrevistadora:** Então, a segunda questão é para você falar um pouco sobre a origem da expressão “Educação Popular” e como esta vai se integrando ao debate acadêmico até chegar a ser um Grupo de Trabalho em uma entidade como a ANPED.

**Osmar Fávero:** Essa questão, Teresa, é aberta até hoje. Foi abordada na tese do Oscar Jara, há uns três anos. Ele mostrou que, originalmente, em vários países da América Latina, assim como no Brasil, a expressão era usada para designar a oferta da escola elementar às crianças das camadas populares. No Brasil, o primeiro estudo abrangente sobre o tema foi feito por Vanilda Paiva, em sua dissertação de Mestrado defendida na PUC-Rio em 1972 e publicada em 1973 com o título “Educação popular e educação de adultos”. Outro estudo importante no mesmo período é o de Carlos Brandão, “Da Educação fundamental ao fundamental na Educação”, publicado como Suplemento da Revista Proposta, editada pela FASE [Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional] em 1977, no qual ele faz distinções entre os termos Educação de adultos, Educação fundamental ou de base (introduzida pela Unesco), desenvolvimento de comunidades e Educação Popular, de acordo com seus objetivos, o que considera mais importante. Nos primeiros anos de 1960, a palavra-chave era “cultura popular”; dela derivou “Educação Popular”, no sentido usado atualmente. A única vez que a expressão Educação Popular aparece escrita nesses primeiros anos é na designação da Ceplar [Campanha de Educação Popular na Paraíba]. Ninguém sabe explicar como apareceu essa expressão naquele período. Acho que estava subsumida no que a gente falava. Não é encontrada nem mesmo nos primeiros escritos de Paulo Freire. Talvez tenha começado a ser usada na segunda metade dos anos 1960 pelos que trabalhavam com a Educação de adultos das camadas populares. A expressão derivou de “cultura popular”, forte nos inícios dos anos 1960, tomou força e tornou-se mais forte que a de “cultura popular” nos anos seguintes. Não dá *pra gente* saber a origem, não. No Brasil, Educação Popular tinha sido usada desde os anos 1920 e 1930, na concepção mais tradicional: oferta da escolarização primária para as crianças das camadas populares. É encontrada assim nos clássicos da Educação brasileira: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e outros. Quando o então Ministério da Educação e da Saúde organizou, no final dos

anos 1940, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, criou-se a expressão “ensino supletivo”. Foi também usada assim no amplo programa para a Educação de adultos proposto pelo MEC [Ministério da Educação] após a primeira LDB de 1961. Embora exista a concepção de EJA – Educação de Jovens e Adultos –, constante da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 2024, ela ainda é ofertada como ensino supletivo. Renovado, mas ainda adaptando para os jovens e os adultos o programa da escola elementar das crianças. O conceito de Educação Popular não é incorporado na EJA oficial. Mas ele foi incorporado na EJA, sim, principalmente nos anos 1980, quando Paulo Freire criou o MOVA [Movimento de Educação] em São Paulo e quando o PT assumiu o governo de algumas prefeituras. Aqui no Rio, ainda nos anos 1980, no governo Brizola, com Darcy Ribeiro vice-governador e responsável pelo projeto dos CIEPs [Centros Integrados de Educação Pública], a concepção do PEJ [Programa de Educação Juvenil], depois transformado em PEJA [Programa de Educação de Jovens e Adultos] tem muito da Educação Popular. Peixoto e Ruth Rios, que a organizaram, tinham sido do MEB. Na sociedade civil, desde meados dos anos 1970, Aída Bezerra e Beatriz Costa, entre outros no Nova e no Sapé, Sérgio Haddad, Marília Sposito e Vera Mazagão, na Ação Educativa, trabalhavam na linha da Educação Popular. Constitui uma segunda fase da Educação Popular, sistematizada durante os duros anos da ditadura civil-militar. Definia-se como público-alvo, basicamente, os adultos, mesmo porque não se usava a categoria jovem no período. E as ações ocorriam fora das escolas. Apenas Celso Beisiegel, em sua importante tese de Doutorado em 1974, “Estado e Educação Popular”, defendia a Educação Popular via escolarização e sob a tutela do Estado. A experiência básica de Sérgio Haddad foi em um curso supletivo para adultos, no Colégio Santa Cruz, em São Paulo. Ele contou, numa entrevista, que quando começou a trabalhar com Carlos Brandão, em Goiás, na pesquisa sobre saúde comunitária, Carlos dizia pra ele “Sérgio, larga essa besteira de supletivo, sai de colégio de padre, vem trabalhar com Educação Popular de povo”. Junto com Carlos, viu o que era Educação Popular com o povo, mas passados alguns anos no trabalho com a Educação Popular nos bairros pobres da Zona Leste, em São Paulo, o povo pedia escolas.

E o Sérgio chegou pro Carlos e falou “Carlos, o que a gente faz agora? O povo tá pedindo escola!”. A partir daí o projeto de Educação Popular da Ação Educativa virou Educação Popular e Escolarização. Anos depois, Sérgio assessorou no estado do Acre, junto ao Sindicato dos Seringueiros de Xapuri, amplo projeto municipal de escolarização, com forte base de Educação Popular, recuperando Paulo Freire. Outra coisa: Foi por meio da divulgação de Paulo Freire que se divulgou, também, a categoria de Educação Popular na América Latina. Na segunda metade dos anos 1960, o grupo atuante no CEDI [Centro de Documentação de Informação], sob liderança de Jether Ramalho, ia a países do sul da América Latina dizer como se trabalhava na Educação de adultos, mas o pessoal pedia para explicar como se alfabetizava usando o método Paulo Freire. O grupo do CEDI produzia textos para discussão, textos que foram reunidos no primeiro livro sobre Educação Popular: “Educação popular e processo de conscientização”. Esse livro foi publicado em espanhol por uma editora do Uruguai, com o nome de um sociólogo uruguaio, Júlio Barreiro, como autor, pois não havia condições de ser publicado no Brasil. Houve duas edições pela Siglo XXI, a primeira queimada, na Argentina, a segunda na Espanha, uma terceira em Portugal. Dez anos mais tarde, publiquei-o numa coleção que coordenava na Vozes, como se fosse uma tradução de Carlos Brandão. No prefácio de uma reedição, Brandão conta a história da produção desse livro. Esse contato dos brasileiros com os latino-americanos de fala espanhola era mediado por um forte grupo de pastores protestantes, a maioria deles metodistas e presbiterianos, muito abertos, muito legais, alguns tinham passado pelo Brasil antes de 1964. Por intermédio deles, foram sendo criados vários grupos que começam a trabalhar a Educação Popular do jeito que era trabalhada aqui, na Argentina, no Uruguai, no Chile e em outros países da América Latina. Depois de sua volta ao Brasil, Paulo Freire passa a participar dessas reuniões, que acabaram dando origem à CEEAL. Então, a Educação Popular, do modo que se definia no Brasil, entra na América Latina nesse esforço de divulgação do método de alfabetização de Paulo Freire. É trabalhado teoricamente por algumas pessoas importantes, como Oscar Jara, da Costa Rica, e Adriana Puigros, da Argentina. É uma linha bem ligada a movimentos sociais. A Educação Popular nasce

ligada aos movimentos sociais, como é ainda atualmente. Tanto Paulo Freire como a Educação Popular entram muito tardiamente na universidade. Passamos os anos 1970 e boa parte dos anos 1980 sem falar em Paulo Freire nas universidades. Também não se podia falar em Darcy Ribeiro. Claro que se tinha alguma coisa de Paulo Freire por meio de pessoas que haviam trabalhado com ele e levavam o modo de trabalhar da Educação Popular dentro da universidade. Quando cheguei à UFF, em 1994, a única colega que tinha uma postura ligada a Paulo Freire era Sonia De Varga. Logo que cheguei, me propuseram oferecer uma disciplina sobre Paulo Freire; não consegui. Mais tarde a UFF concedeu o título de doutor honorário a Paulo Freire e a Faculdade de Educação nomeou sua sala de reuniões com seu nome. Só consegui abordar Paulo Freire no Doutorado, como uma das unidades que disciplina sobre o “Pensamento educacional brasileiro”, isso já nos anos 2000. Acho que é isso que posso dizer... Como e quando a gente passou a falar em Educação Popular? Nasceu provavelmente dentro do movimento social, dentro das experiências feitas já então referidas a Paulo Freire. Nasceu por aí e foi ficando.

**Entrevistadora:** Ótimo, você foi mapeando! A nossa intenção é fazer essa comemoração dos 40 anos do nosso GT e ir trazendo algumas das memórias que temos e que são referências para o nosso trabalho. Então não é uma memória num sentido tão preciso da historiografia, mas mais afetivo, o que vai marcando, o que vai constituindo o nosso trajeto. Então não temos essa intenção de precisão.

**Osmar Fávero:** Fiquei triste de não poder ir ao Recife, atendendo ao convite para a comemoração dos 40 anos do GT, mas não estou podendo viajar. Entendi que se trata de uma memória afetiva, por isso fiz questão de lembrar do Valla. Peixoto foi muito atuante e tem representado o GT em vários eventos. Há também o Eymard [Eymard Mourão Vasconcelos], da UFPB [Universidade Federal da Paraíba], não sei se você o conhece. Trabalha com saúde popular e ficou muito próximo do Valla. Há também algumas pessoas do Sul muito presentes, de quem não me lembro dos nomes. O Nilton Fischer passou logo para o grupo de Movimentos Sociais, no qual estava Marília Sposito. O trabalho do GT de Educação

Popular era muito próximo do de Movimentos Sociais, trocavam muito. Alguns trabalhos que eram apresentados nele interessavam ao de Educação Popular e vice-versa. Então havia muitas trocas. Mais tarde essas trocas passaram a acontecer também com o grupo de Educação de Jovens e Adultos. Inclusive algumas pessoas eram “bígamas”, participavam dos dois grupos. O grupo de Educação Popular sempre teve um jeito diferente de trabalhar do grupo de EJA. Vamos dizer, não sei se o pessoal concorda com isso, o grupo de EJA era mais acadêmico e o grupo de Educação Popular mais ligado aos movimentos sociais, com o político mais expresso. São impressões mais do que certas, tá? Mas, sobre a proximidade do grupo de Educação Popular com o de Movimentos Sociais, lembro que em Caxambu era frequente o primeiro grupo convidar pessoas de Sociologia importantes para falar, e o segundo migrava todo pra lá. Promoviam, inclusive, muitas sessões conjuntas, a maioria delas lideradas pelo GT de Movimentos Sociais. É o que lembro. Podemos passar para outro ponto?

**Entrevistadora:** Podemos! Isso que eu ia dizer: você não quer contar um pouquinho pra gente do material que organizou? Você já fez uma introdução lá na primeira resposta...

**Osmar Fávero:** É... essa história é muito comprida. Vou tentar sintetizar, mas vai ser difícil...

**Entrevistadora:** Então... encurta um pouquinho...

**Osmar Fávero:** Trabalhei de 1961 a 1966 no MEB, seus primeiros e melhores cinco anos. O MEB tinha uma linha de produção muito boa, inclusive de material didático. Quando me demiti, guardei muita coisa comigo. Nesse período, viajava muito e mantinha contato com os outros movimentos de cultura popular, particularmente com o MCP [Movimento de Cultura Popular] do Recife. Em 1963 foi realizado o 1º Encontro de Alfabetização e Cultura Popular e todos os movimentos e as experiências presentes apresentaram relatórios. Esses relatórios e as conclusões das comissões de trabalho constituem um conjunto fabuloso. Eu tinha esses documentos guardados em casa. Comecei a levar algumas coisas para os cursos na UFF. Levava os slides originais

da experiência de Paulo Freire em Angicos, levava o filminho do Programa Nacional de Alfabetização, com as dez fichas de cultura desenhadas por Francisco Brennand... Numa das aulas me atrapalhei e Lili, então minha aluna no Doutorado, me disse: “Osmar, você vai perder esse material. Você tá derrubando *slides* no chão, e é capaz de esquecer e não vai encontrar mais. Por que não coloca tudo isso num CD?”. Eu não sabia o que era fazer um CD. Sabia fazer livro, tinha aprendido a fazer revista da ANPED, mas CD eu nunca tinha feito. Ela e Marisa, da mesma turma, me apresentam um projeto, que tenho até hoje, de como eu poderia fazer o tal do CD.

**Entrevistadora:** Osmar, só uma pergunta: Lili é a Eliane Ribeiro?

**Osmar Fávero:** Sim, é a Eliane Ribeiro de Andrade, da UniRio. Marisa Duarte é da UFMG. Ambas foram minhas orientandas.

**Osmar Fávero:** A história começou a ganhar forma em 2004, após eu e Paulo Carrano terminarmos uma pesquisa muito grande na Ação Educativa, dividida em dois módulos: como estava sendo implantada a EJA nos municípios, coordenado por Sérgio Haddad, e como estavam as experiências com jovens, sob coordenação de Marília Spósito. Ambos haviam conseguido na FAPESP três anos de financiamento para essa pesquisa. Eu tinha uma bolsa da FAPERJ renovada a cada dois anos. Terminada a pesquisa, fiquei com mais um ano de bolsa. E já estava aposentado compulsoriamente, sem vínculos com o meu departamento e a Graduação. Então Carrano [Paulo César Carrano] me disse: “Osmar, aproveita agora e faz a memória da Educação Popular que você quer fazer”. Quem começou a trabalhar comigo nesse projeto foi Ana Karina, companheira do Carrano e mestranda em nosso programa. Ela me ajudou muito nos primeiros anos. Minha intenção era trabalhar só os materiais dos movimentos de cultura popular do início dos anos 1960 que eu tinha em mãos: CPC [Centro Popular de Cultura], MCP [Movimento de Cultura Popular], MEB, Método Paulo Freire (experiência de Angicos), Programa Nacional de Alfabetização e CEPLAR [Campanha de Educação Popular da Paraíba], que havia sido um laboratório do método. Logo no início da apresentação do material eu afirmava que as experiências desse

período tinham sido qualitativamente diferentes das campanhas promovidas pelo então Ministério da Educação e Saúde e pelo Ministério da Agricultura nos anos anteriores. Como eu podia provar isso? Daí tive que voltar aos materiais da CNEA [Campanha Nacional de Educação de Adultos] e da CNER [Campanha Nacional de Educação Rural]. Foi uma pesquisa. Esse material existia na antiga biblioteca do CBPE [Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais], que tinha sido doada à UFRJ para servir ao Doutorado em Educação recém-criado. Os livros e os documentos haviam sido encaixotados, tudo ficou anos sem ser utilizado. Estava sendo recuperado aos poucos, já com muita coisa perdida ou estragada por cupim. O material daquelas campanhas era impresso em papel jornal e estava muito mofado, muito estragado. As bibliotecárias diziam: “Professor, o senhor não pode tirar xerox disso. Não pode.” E eu: “Tá bom, eu vou fotografar”. Nesse período Elisa, aluna de segundo período do curso de Graduação em Educação, começou a trabalhar comigo e Ana Karina como bolsista. Ana Karina treinou Elisa, mas ela tinha uma dedicação especial. Fotografava bem. Passou a fotografar os folhetos deitada de barriga pra baixo. Botava no chão, com luz, e fotografava com uma máquina portátil que eu tinha. Muito mais tarde a gente conseguiu um tripé pra fazer isso. Nesses primeiros anos conseguimos um financiamento da SECADI [Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão] do MEC e produzimos o primeiro DVD, muito bonito, feito por uma firma que trabalhava com cultura. Atualmente não pode mais ser usado, porque a linguagem era diferente. A partir disso, aprendi a fazer isso e passei a gostar. Após esse primeiro DVD, dedicado à cultura e à ação popular, veio a ideia de trabalhar também outros materiais que eu tinha, ligados a outras campanhas e outros movimentos de alfabetização. Por exemplo, daquela campanha reacionária de Recife, a Cruzada ABC [Ação Básica Cristã], que tinha lançado muitos livros. Eu tinha também muito material do MOBREAL. Houve um ano ou dois em que a gente trabalhou em duas frentes, uma melhorando e complementando o que estava no primeiro DVD. Nele eu coloco as capas e as resenhas breves de livros necessários para entender cultura popular e Educação Popular no início dos anos 1960 e a própria conjuntura. O pessoal começou

a reclamar: “De que adianta a capa e o resumo, Osmar, se a gente não tem o livro!”. Passamos, então, a digitalizar alguns livros, desde que autorizados pelos autores. Trabalhamos, também, para completar o material da CNEA e da CNER. As bibliotecárias abriam um caixote e avisavam: “Professor, tem uns folhetos que o senhor não conhece”. Simultaneamente, com auxílio do pessoal da UnB [Universidade de Brasília], preparávamos o conteúdo do primeiro DVD, enriquecido, para ser disponibilizado pela internet no Forumeja [Fórum dos Movimentos de Educação de Jovens e Adultos], criado pela UnB. Um segundo DVD foi feito em 1997, a partir do que estava na internet. O segundo movimento consistiu-se em trabalhar basicamente o material da Cruzada ABC e do MOBREAL. Uma bolsista passou um ano inteiro só digitando material do MOBREAL: relatórios e várias coleções de livros, bastante tradicionais, pagos pelo MOBREAL, mas produzidos por editoras. Passei todo esse material para Jane, que ia fazer o histórico do MOBREAL, mas acabou não fazendo. A ideia era fazer um segundo DVD sobre EJA, o que realmente aconteceu, bastante enriquecido com materiais de outros movimentos e outras experiências. De repente, sem mais, alguém chega e me pergunta “Mas, Osmar, e a Educação Popular hoje? Por que você só fez Educação Popular nos anos 1960 e essa experiência de MOBREAL. E a Educação Popular hoje?”. Teresa, é uma dessas curiosidades que você não consegue explicar, não consegue exatamente dizer por que aconteceu! Eu tinha muito material guardado em caixas, na minha casa. Tinha muito material do MOVA; tinha muito material do SAPÉ; tinha bastante material da Ação Educativa. Comecei, então, a trabalhar também com o material da Educação Popular hoje, o que exigiu também muita pesquisa! No final foram dez anos de trabalho, misturando a sistematização de coisas que eu tinha com coisas que eu não tinha obtidas em pesquisa. Minha grande preocupação era fazer um material didaticamente bem explicado; não fazer notas, mas um texto historiando-as, depois fazer rodapés indicando outros materiais. Na versão final houve a vantagem de se conseguir muitas teses e dissertações digitalizadas. Ficou, realmente, um trabalho maduro, embora com falhas. Descobri muita coisa. Gosto de dizer que o documentário tem muito de sistematização, muito de pesquisa e algumas coisas ganhas de surpresa. Numa

conversa, uma vez, num grupo amigo, eu estava falando do trabalho que estava fazendo, dizendo que tinha os *slides* originais da experiência de Paulo Freire em Angicos etc. Zelito Viana, que estava no grupo, disse: “Você conhece *Maioria Absoluta*, do Leon Hirszman?”. Perguntei: “*Maioria absoluta*, o que é isso?”. E ele disse; “O filminho do Leon Hirszman, sobre analfabetismo...”. Caí de quatro. Vim para casa pensando: Só pode ser no CPC. Virei todos os arquivos do CPC e não encontrei nada. Depois fui pro Google. Fui pro Google e apareceu bonito: um filminho de Leon Hirzman, narrado pelo Ferreira Gullar, de 1964, com som e imagem perfeitos. Estava disponível na TVE, remasterizado. Tudo o que eu tinha do CPC acabava em 1963; de 1964 não se conseguia nada, pois constava que tudo havia sido queimado no incêndio da sede da UNE [União Nacional dos Estudantes], provocado imediatamente após o golpe de 31 de março. Esse filme estava guardado na Cinemateca Brasileira e foi recuperado com apoio da Petrobrás. Ele entra como uma descoberta de sugestão, uma surpresa, na verdade. A organização do acervo e a produção do documentário foi um trabalho de dez anos. Fiquei dez anos exclusivamente fazendo isso. Foi depois da aposentadoria, quando passei a trabalhar apenas no Mestrado e no Doutorado, responsável por poucas disciplinas e com orientações. Praticamente fiquei fazendo isso em tempo integral. Tem aquela história da “*opera prima*”. Não é a maior, como se pensa; é a primeira. E tem também a última obra, que é a “*opera morte*”. Não quero que seja minha *opera morte*, mas é meu trabalho maior. Ainda fiz outro CD de entrevistas... Quanto ao filminho do CPC, Teresa, os autores falam a mesma coisa que Paulo Freire falou em 1958, em uma linguagem marxista... Dizem a mesma coisa: que o problema não é o analfabetismo e que alfabetizar não é a solução. O problema é a pobreza, fruto da exploração. Ainda tem outra coisa que demorei anos para descobrir. Eu sabia que o MCP tinha divulgado muito uma peça de teatro chamada *Julgamento em Novo Sol*. Uma peça de teatro que foi levada para o Brasil inteiro, alguns lugares via CPC e outros via MCP do Recife. O MCP tinha uma escola de formação de atores. Inclusive alguns que se tornaram famosos, como José Wilker. Eu me perguntava: “Mas *perai*, quem fez essa peça? Não é sobre a reforma agrária?”. Era, na verdade, sobre as raízes da reforma agrária. Um grupo trabalhava numa fazenda

em São Paulo, chamada Novo Sol. Os proprietários mandaram plantar capim, para depois criar gado. Feita a plantação, botou os trabalhadores na estrada. Com uma forte liderança, fizeram um movimento de voltar, arrancar o capim e tomar posse dos seus terrenos, trabalhando em mutirão. Por isso a peça se chamava originalmente *Mutirão em Novo Sol*, de autoria de Nelson Xavier e Augusto Boal. Eu tinha um *folder* do lançamento da peça em Recife, com o elenco, as notícias da atualização das músicas e o novo nome. Demorei anos para descobrir o *script*, e quando descobri, foi lançado ao mesmo tempo, pela Editora Expressão Cultural, um excelente livro feito pelo grupo de teatro da USP [Universidade de São Paulo], dando toda a história. A peça havia sido criada pelo CPC de São Paulo, levado pelo próprio Nelson Xavier para o MCP do Recife, a convite. Ele radicou-se lá, atualizando a peça para uma linguagem e músicas do Nordeste e mudando o nome para *Julgamento em Novo Sol*. Antes disso, havia sido apresentada pelo grupo do CPC de São Paulo, junto com o grupo do Teatro de Arena, no primeiro grande congresso de camponeses. Teve uma adaptação original feita pelo CPC da Bahia, com cenas de cinema. Foi apresentada, inclusive, em Brasília, no tempo do João Goulart. É uma história bonita, de uma primeira peça sobre reforma agrária, com uma linguagem teatral inédita. Ela tem uma experiência paralela do CPC da Bahia, que foi toda perdida quando confiscada num IPM. O coronel responsável teria dito: “Vou mandar queimar isso pra não ter história”, e mandou queimar mesmo. Eles encenaram a peça com um fundo de cinema; estava acontecendo a peça e, ao mesmo tempo, sendo projetadas cenas históricas de luta de classes, de lutas de camponeses. Dizem ter sido feito com uma técnica de cinema que não existia. Essa história mostra como pesquisa, na verdade, é um processo sempre inacabado. Apesar de disponível no livro da Expressão Cultural, não foi possível incorporá-la no documentário sobre Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos. Temos, então, uma história aberta. Teria ainda muito a dizer.

Só mais uma coisa, Teresa, que eu comecei a dizer e interrompi. Jane Paiva, da UERJ [Universidade do Estado do Rio de Janeiro], e Gerson do Carmo, da UENF [Universidade Estadual do Norte

Fluminense Darcy Ribeiro] de Campos, fizeram um projeto coletivo, solicitando verba do MEC. Gerson recebeu R\$ 250.000,00, que não era pouco dinheiro. O de Jane não saiu, porque a UERJ estava inadimplente. Perdido o projeto, Gerson ficou sem saber o que fazer com os 250 mil reais. Comprou um bom equipamento para filmar e um gravador que ficava no centro de mesa e pegava as falas de todo o grupo, sem misturá-las. A Jane sugeriu: “Pergunta pro Osmar se ele não topa fazer algumas entrevistas com o pessoal ainda vivo da Educação Popular”. Achei muito engraçado: uma das pessoas mais velhas ainda vivas era eu próprio. Fizemos seis longas entrevistas. Entrevistamos Aída Bezerra, do Nova e do Sapé; Beatriz Costa, do Nova e depois assessora das Escolas de Trabalhadores, que faleceu há pouco tempo, pouco conhecida, mas muito importante no itinerário da Educação Popular; Sérgio Haddad e Vera Marzagão, da Ação Educativa (Sérgio já havia sido do CEDI); Ruth Rocha, então coordenadora do Mova, que também faleceu logo depois; Letícia Cotrim, que tinha sido do Nova e do MEB e trabalhado na Ação Educativa; e, finalmente, Betinho, no Ibase [Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais], que tinha uma excelente memória do período de transição política. Deu muito trabalho transformar duas horas ou mais de cada gravação, doze horas no total, em quatro horas de DVD. A ideia do Gerson era fazer um livro. Começamos a trabalhar a editoração, mas a ideia acabou evoluindo para um DVD. Ficou com um título muito bonito, sugerido por Jane: *Nos bastidores da memória: 50 anos de Educação Popular (1961-2011)*. Fizemos uma primeira edição de 200 exemplares, depois outra de 100. Foi tudo distribuído de graça, porque financiado. Esse DVD você não deve conhecer... Já acabaram, mas ainda tenho uns dois ou três. Posso mandar um pra você, se quiser.

**Entrevistadora:** Quero sim. Vou adorar o presente.

**Osmar Fávero:** Podemos nos encontrar para isso.

**Entrevistadora:** Combinado.

**Osmar Fávero:** Prometi também os trabalhos apresentados no início do GT de Educação Popular. O acervo da ANPed é bastante grande, reúne o material de mais de 30 anos. A Lurdinha

pegou todos os trabalhos apresentados, de todos os GTs, e os referiu: autor, título, data, número de páginas, alguma observação. Usou o sistema oficial de catalogação, a Nobrade [Norma Brasileira de Descrição Arquivística], usada pelo Arquivo Nacional. Eu tenho uma cópia do DVD e uma cópia no computador. A diretoria da ANPED não a disponibilizou no portal. Se você tiver um *pen drive* bom, dá pra gravar todo ele.

**Entrevistadora:** Então combinado! Levo o *pen drive*.

**Osmar Fávero:** Você leva o que te interessar. Não sei se vale gravar toda a listagem de participantes do GT de Educação Popular em toda a série das reuniões anuais. O acervo vai até a 36ª Reunião Anual, realizada em 2013. Os boletins, por sua vez, foram digitalizados e estão disponíveis.

**Entrevistadora:** É um material maravilhoso.

**Osmar Fávero:** Os documentos estão todos reservados no Proedes, com consulta limitada. **Só destruíram – eu fui contra, mas fui voto vencido – os trabalhos que foram recusados para apresentação. A diretoria da ANPED autorizou queimá-los.** Deve haver uns 12 mil documentos, pelo menos. Outra coisa, que não tem nada a ver com a entrevista, mas que interessa: antes de sair da UFF, eu tinha conversado com a direção sobre minha intenção de levar meu acervo para a UniRio. Na UniRio estava Lili mais duas ou três pessoas que podiam dar continuidade ao meu trabalho. Tinha um pró-reitor entusiasmadíssimo em fazer um Centro de Cultura e Educação Popular. Isso ficou parado, basicamente, com a Covid, e agora acho que não tem mais retorno. O Elionaldo Julião está insistindo para o material permanecer na UFF.

**Entrevistadora:** Tem o grupo que eu coordeno, que trabalha com Educação Popular. Mais voltado para escolarização, mas é Educação Popular.

**Osmar Fávero:** Estou vendo como fazer. Preciso conversar com vocês.

**Entrevistadora:** Você ainda tem muita coisa pra fazer, Osmar, desse material que você tem, da sua experiência... e nem teve tempo pra entrar nos causos, né?! Os causos não dá pra ser assim, pela tela, né?

**Osmar Fávero:** Nas conversas na UniRio o pessoal me perguntava sobre o que se poderia pesquisar. Eu dizia: “Olha, pode-se trabalhar o material didático, por exemplo. Tem alguma coisa dos anos 40, tem muita coisa do MOBREAL, tem uma série excelente do próprio MEC e uma ótima coleção da CUT [Central Única dos Trabalhadores]. Tem a coleção de dissertações e teses não digitalizadas. Há também um arquivo de teses digitalizadas, guardado, mas não classificado. Não tenho mais fôlego pra trabalhar a partir da documentação. O que posso fazer é contar a produção daquele material, mostrar a história de algum material. Acho que fiz isso numa aula sua.

**Entrevistadora:** Sim, você foi numa aula minha. Foi excelente! Acho que também numa aula da Jaqueline Ventura, professora da disciplina de EJA.

**Osmar Fávero:** Então, tem algumas coisas, assim, que vale a pena contar. A história da peça *Mutirão em Novo Sol*, ou *Julgamento em Novo Sol*, por exemplo, que está totalmente narrada pelo grupo de teatro e cultura da USP vale a pena ser conhecida, porque ela inovou a linguagem do teatro no Brasil. Essas histórias eu gosto de contar. Agora, fazer pesquisas a partir do material digitalizado, acho que não tenho mais fôlego. Eu estou chegando aos 90...

**Entrevistadora:** O material que você conseguiu acumular, organizar e sistematizar é imenso, e a continuidade disso é para muita gente, para muito tempo.

**Osmar Fávero:** A Jane Paiva me disse esses dias que tem uma mestranda, desse Mestrado da Rural, ali de Caxias, que está fazendo pesquisa sobre a minha pessoa. Eu disse: “Poxa, então ela tem que conversar comigo”. Mas ela disse que ela está fazendo a partir das teses e dos artigos que escrevi. “Sim, mas eu posso dizer o que eu acho de tal teses, de tal artigo, vem conversar comigo, eu ficaria feliz

da vida”. Não sei. Ficou o convite. Não sei se vem. Eu estou virando história...

**Entrevistadora:** Uma bela história, Osmar!

Agradecimentos finais.